

# O LIVRO RARO E ANTIGO COMO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO: APORTES HISTÓRICOS E INTERDISCIPLINARES

Valeria Gauz<sup>1</sup>

71

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

## RESUMO:

A pluralidade do termo patrimônio enseja múltiplas leituras em diversos campos do conhecimento. A presente pesquisa aborda o nascimento da concepção de patrimônio no final da era moderna (implantado e solidificado na idade contemporânea) e seus desdobramentos para o patrimônio bibliográfico. Observou-se que muitos conceitos utilizados nos séculos XIX e XX, entre outras áreas na Antropologia e na Museologia, podem ser aplicados no sentido de aprofundar discussões na Biblioteconomia de Livros Raros, no que diz respeito ao entendimento e às fronteiras do patrimônio escrito no Brasil.

## PALAVRAS CHAVE:

Patrimônio bibliográfico; Patrimônio escrito; Patrimônio histórico; Livro raro e antigo-Brasil; Ciência da Informação.

## *Rare and Old Book as Bibliographic Heritage: historical and interdisciplinary contributions*

## ABSTRACT:

The term cultural heritage has multiple meanings, as found in various fields of knowledge. This research discusses the birth of the idea of heritage in the modern era (implemented and solidified in the contemporary age), and its development as applied specifically to bibliographic heritage. It was observed that many concepts used in the nineteenth and twentieth centuries in such areas as anthropology and museology, among others, can be applied to deepen discussions in rare book librarianship in what concerns the understanding and boundaries of our written heritage in Brazil

## KEYWORDS:

Bibliographic heritage; Written heritage;; Cultural heritage; Rare and old book-Brazil; Information Science.

## I. Introdução

“O presente seleciona a herança de um passado imaginado para uso corrente e decide o que deve ser passado adiante a um futuro imaginado”

(TUNBRIDGE; ASHWORTH, 1996: 6)

Historicamente, a base dos estudos sobre patrimônio na era contemporânea envolve um olhar para transformações culturais e acontecimentos que ameaçaram, de certa forma, algum tipo de memória da sociedade, como é o caso da Revolução Francesa, cujos inventários de bens considerados monumentos do país (e da humanidade), fossem prédios ou coleções de bibliotecas, passaram a ser objeto de preservação patrimonial.

A pesquisa pretende tecer um diálogo com áreas do conhecimento que lidam com diversos conceitos de patrimônio, ressaltando abordagens que se aproximam daquelas utilizadas pela Biblioteconomia de Livros Raros no que tange critérios de raridade e patrimônios em bibliotecas (embora estas não tenham sido, ainda, muito exploradas na literatura científica da área) no Brasil. Igualmente, aborda as primeiras ações realizadas na Europa para a constituição de patrimônio cultural (também o bibliográfico) e se detém nos significados do termo monumento e nas noções de valor de antiguidade e de valor histórico de Alois Riegl pertinentes ao assunto principal abordado, qual seja, o patrimônio escrito.

Da mesma forma, o texto se aproxima de análises já existentes sobre a relação das bibliotecas com a memória social, uma vez que essas instituições são guardiãs das diversas memórias culturais existentes, de naturezas as mais distintas, embora nem sempre representativas de suas comunidades. Mesmo assim, o patrimônio bibliográfico possui aspectos próprios que o distingue dos demais na questão de sua autêntica contextualização pois, ao contrário de outros tipos de patrimônios, como o etnográfico, por exemplo, não é ressignificado ao mudar de ambiente: permanece livro, com sua função primordial de leitura, as mais variadas, de modo geral.

Foi observada uma quase invisibilidade do tema patrimônio bibliográfico nas pesquisas sobre patrimônio no Brasil utilizadas para o desenvolvimento das ideias aqui presentes. Essa lacuna pode ser preenchida, preferencialmente, pelos profissionais que lidam com esse acervo em bibliotecas. Praticamente não existem grupos de pesquisa no país, integrantes do CNPq, que se dediquem especificamente ao livro raro e ao patrimônio bibliográfico na atualidade.

## 2.A Pluralidade do Patrimônio

O título do item bem especifica os diversos usos que o termo patrimônio vem recebendo ao longo dos tempos, pertencente que é a muitas áreas do conhecimento (como a Arquitetura, a Museologia e a História, mas não apenas), registrados por vários autores, como Gonçalves (2002; 2007), Lima (2010; 2012); Lima; Costa (2006); Barbier (2004), Abreu (2005) e outros muitos. Mais

recentemente, em especial na Museologia, a Patrimoniologia, “como interpretação para a Museologia”, já estava em discussão desde 1982 (LIMA, 2010: 2). Na mesma pesquisa, esta autora chama atenção para a relação da Museologia com o Patrimônio, formalizada pela primeira Carta de Atenas, em 1931. Segundo Abreu (2005), a tese de Antonio Augusto Arantes, publicada em 1984, é uma referência nas pesquisas em Antropologia sobre patrimônio, assim como a de José Reginaldo Santos Gonçalves, publicada em 1996. São também registradas pela autora outras teses e dissertações sobre o tema defendidas nas décadas de 1980 e 1990, e como o crescimento no campo por meio de pesquisas científicas produzidas culminaram com a abertura dos cursos de pós-graduação sobre Patrimônio e temas correlatos, como Memória, Patrimônio Sustentável, e Conservação e Restauração do Patrimônio.

Lima (2010; 2012) assinala os termos correlatos herança, bem e monumento, todos pertinentes e frequentes nas pesquisas sobre o assunto, lembrando que o termo patrimônio remonta ao Direito Romano com o sentido de herança, servindo de base conceitual dos demais. Barbier (2004) registra o uso do termo na Idade Média, com o mesmo sentido de posse de bens materiais, tanto em latim quanto em língua vulgar, acrescentando que na edição in-4<sup>o</sup> da Encyclopedie<sup>2</sup>, de 1778, o verbete *patrimoine* aparece como domínio da jurisprudentia. Esse autor ainda discorre sobre as diferentes acepções dos termos patrimônio e herança em língua alemã.

Na esfera social e cultural, o termo também é usado por várias disciplinas. Há patrimônios econômicos e financeiros, imobiliários (de empresa, país, família ou indivíduo); podem ser arquitetônicos, culturais, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos e, mais recentemente, imateriais. Presentes mesmo em sociedades tribais, é no final do século XVIII, com a formação dos Estados nacionais, que o conceito se firma como oposição à ideia de tradição vigente (PEIXOTO, 2000; GONÇALVES, 2002; 2007). Desde 2001, a Unesco contempla também o patrimônio subaquático, a fim de proteger vestígios da existência humana submersos<sup>3</sup>.

Na era moderna, a Revolução Francesa foi palco de muitas transformações na história desse e de outros países no que tange à política, à economia e, também, à cultura. A secularização e a nacionalização de bens do Antigo Regime, ou seja, dos testemunhos da história (até então história apenas dos letrados, agora igualmente dos cidadãos), chamados de monumentos históricos no pós 1790, culminaram por firmar o conceito de patrimônio associado à manutenção desses bens, da nobreza e do clero. Patrimônios, como bens intransferíveis, abarcaram obras de arte pela primeira vez, por seu valor de tradição e graças ao novo sentimento de nacionalização estabelecido (BABELON; CHASTEL, 1994; CHOAY, 2006; LIMA, 2012).

É nesse momento, no final dos setecentos e início dos oitocentos, que o patrimônio móvel é transferido para os museus, definidos como “lugar, edifício onde se encontram reunidos os diversos objetos de arte de que se fazem

2 Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers..., nouv. éd., t. XXIV, Genève: Pellet, 1778.

3 Unesco. Patrimônio Cultural Subaquático: <http://www.unesco.org/new/pt/culture/themes/underwater-cultural-heritage>.

coleções” (QUATREMÈRE DE QUINCY, 1798-1825 apud CHOAY, 2006: 101). Como relata esta autora, o sentido de “museu” estava, então, em processo de construção na França. Com relação aos bens imóveis (igrejas, conventos, castelos, residências particulares), havia o problema de como esses espaços podiam ser melhor utilizados pelo governo de transição e pela população. Apesar da sugestão de Louis-George Bréquigny, historiador e paleógrafo francês e presidente da Comissão para a criação de depósitos, de transformar esses espaços em museus, o precário estado de conservação das igrejas, principalmente, fez com que passassem a servir como depósitos de munição, salitre, sal, ou mesmo como mercado, enquanto conventos e abadias eram convertidos em prisões. Antecipando o projeto europeu de Napoleão, Bréquigny pretendia nacionalizar monumentos caracterizados como bens culturais para uso da sociedade.

Etimologicamente, o termo monumento vem do latim *monumentum*<sup>4</sup> e a raiz indo-europeia é *men/mon* (pensar), com sufixo *-mentum*, que nos remete a recordar, ter memória de qualquer coisa. Algo relacionado à memória e à história, que pretende reviver o passado.

Observa-se que o termo “monumento”, conforme em uso no final do século XVIII, não significa apenas os prédios e outras construções simbólicas ou comemorativas, como no sentido atual, mas igualmente inclui os bens móveis, como estátuas, medalhas e acervos de bibliotecas, que foram sendo paulatinamente tombados, inventariados e protegidos. Os bens móveis escritos, retratados como monumentos na França, receberiam a denominação de monumentos de escrita na Áustria pelo historiador da arte Alois Riegl, teórico do início do século XX, ao reorganizar a legislação pertinente à conservação dos monumentos austríacos. Riegl publicou ensaio em 1903, cuja tradução, em inglês, recebeu o título *The Modern Culture of Monuments: Its Character and Its Origin*<sup>5</sup>. Sua especulação a respeito da popularização do patrimônio na cultura ocidental fez com que identificasse princípios e práticas para tomadas de decisão e estabelecimento de políticas necessárias para aquele momento e contexto, atribuindo vários tipos de valor aos monumentos.

Riegl (1996; ARRHENIUS, 2003; CUNHA, 2006) faz distinção entre dois tipos de monumento: o intencional e o não intencional. No primeiro caso, o monumento é criação do homem com a finalidade de preservar o presente para as gerações futuras, estando relacionado à memória coletiva de determinada sociedade ou grupo. Os monumentos não intencionais, por outro lado, mais numerosos, que são os mais utilizados pela sociedade dos últimos tempos, de fato se referem a monumentos artísticos e históricos que, em sua gênese, não tinham esse significado. Essa é uma atribuição moderna da sociedade (que também inclui os monumentos de escrita). Quando se refere ao culto moderno dos monumentos ou à preservação histórica, raramente temos monumentos “intencionais” (RIEGL, 1996). Nesse texto, o autor também discute, entre outras, a questão do valor de antiguidade e do valor histórico.

O valor de antiguidade<sup>6</sup> de um monumento se torna aparente por certas características físicas que possui, como possíveis imperfeições, alteração de cor

4 Dicionário Etimológico Online <http://www.etimo.it/?term=monumento>.

5 O original em alemão: *Der moderne Denkmalkultus. Sein Wesen und seine Entstehung* (Viena). A tradução foi publicada em *Oppositions*, v. 25 (Fall 1982), p. 21-56, periódico de Arquitetura nova-iorquino.

6 Utilizamos a expressão valor de antiguidade no sentido de valor de idade cronológica, *chronological age*.

e forma. Assim, o monumento pode ser apreciado por suas qualidades físicas e por suas marcas no tempo. Para o autor, o valor de antiguidade “está acima de todas as diferenças religiosas e de todas as diferenças entre pessoas que receberam educação e outras que não receberam, entre os especialistas [de arte] e os leigos” (RIEGL, 1996: 74). Dessa forma, esse é o valor mais democrático, que ao mesmo tempo atua sobre quem o aprecia pura e simplesmente a partir da percepção visual – o que significa certa vantagem sobre o valor histórico, que requer compreensão intelectual e reflexão:

O valor histórico de um monumento é baseado no contexto específico e individual que representa no desenvolvimento da criação humana em um campo determinado. A partir dessa perspectiva, o que nos interessa no monumento não são os traços das forças destruidoras da natureza [...], mas a forma original do monumento como produto da humanidade. O valor histórico de um monumento aumenta quanto mais fiel à sua integridade permanecer e revelar seu estado original de criação: distorções e deteriorações parciais desagradam; não são ingredientes bem-vindos ao valor histórico. [...] Não preserva traços da idade ou outras mudanças causadas pelo impacto da natureza desde o tempo em que o monumento foi criado [...] (RIEGL, 1996: 75)

Segundo o autor, o valor histórico é mais abrangente; é aquilo que foi e hoje não é mais; e isso que não é mais, forma um elo insubstituível com a cadeia do desenvolvimento: o que surgiu posteriormente não teria existido daquela forma se o precedente tivesse sido outro. Como os eventos históricos não mais existem, as atenções se voltam para as evidências resultantes que representam as etapas do desenvolvimento de um determinado ramo da atividade humana, que pode ser, por exemplo, um monumento de escrita ou de arte, ou seja, pode ser um livro, um manuscrito ou um objeto de museu. Não muito mais tarde, essas evidências remanescentes de uma memória preservada receberiam a denominação de *lugares de memória* por Pierre Nora<sup>7</sup>.

Logo a seguir, no mesmo parágrafo, o autor continua a expor suas ideias, sobre valor histórico dos (agora denominados) documentos no seu estado mais original possível. Pela possibilidade de erro no processo de restauração, o documento original deve permanecer conforme criado, sempre que possível, como um objeto intacto e disponível. De acordo com Cunha (2006), é o pensamento riegliano que traz as práticas de restauração ao debate dos assuntos culturais, antecipando-se ao “restauro crítico” do pós-guerra, que viria meio século mais tarde.

Se, na França do final do século XVIII, a questão do nacionalismo foi a tônica das transformações ocorridas, no ensaio de Riegl do início do século XX essa não foi a questão principal, conforme apontado por Choay (2006: 116): apesar de Alois Riegl ter sido o “primeiro historiador a interpretar a conservação dos monumentos antigos a partir de uma teoria dos valores, silenciou sobre o valor nacional ... não enfocando o patrimônio, justamente o que legitimou os demais valores na França revolucionária”. Naquele momento, a Áustria se encontrava, ainda, sob o último período da monarquia dos Habsburgo, marcada por crises políticas entre as diversas nacionalidades. Tempo e contexto são diferentes, mas a construção do patrimônio na Áustria se constitui em pesquisa não considerada no momento.

7 Nora, Pierre (Org.). *Les Lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. 3 v.

### 3. Desdobramentos para o Patrimônio Bibliográfico

Conforme veremos a seguir, em vários países europeus são observadas histórias similares com relação ao surgimento da noção de patrimônio na era moderna, muitas vezes ligadas à necessidade de construção de uma nacionalidade que, por sua vez, ensejou debates sociais, cujos resultados ainda se fazem presentes, mesmo havendo eventuais distâncias entre o que pode ser compreendido como patrimônio, estabelecido pelo Estado, e aquilo que a sociedade entende como tal.

O patrimônio bibliográfico na Inglaterra foi constituído a partir de acervos reais, de ricas coleções privadas e da extinção das bibliotecas monásticas, com destaques para as coleções de viajantes dos séculos XIX e XX (CARR, 1996). Na Espanha se passaria situação análoga. Os confiscos eclesiásticos ocorreram entre 1820 e 1823, e de 1836 a 1851. Em especial nesta última fase (período também conhecido por Confiscación de Mendizábal), houve grande perda do patrimônio religioso, com a apreensão de bens pelo Estado e a extinção das ordens religiosas. Não apenas altares, mas livros, igualmente, se perderam de maneira irrecuperável. Posteriormente, a fim de reunir esses acervos antigos, foram criadas bibliotecas públicas em escolas de ensino secundário e/ou em universidades, dependendo da existência ou não dessas instituições em cada província, ou seja, parte das coleções patrimoniais, nesse país, originou daquelas dos conventos, cujos acervos foram acrescidos por doações pessoais ou de outras instituições e localizados, como dito, em bibliotecas de instituições de ensino, no geral (REYES CAMPS, 2004; VALLEJO POUSSADA, 2011).

Na França, os fundos antigos, raros e preciosos - ou seja, o patrimônio escrito<sup>8</sup> -, foram constituídos, assim como os objetos de museu, não a partir das bibliotecas ou do público, mas de confiscos de coleções que existiam por herança, geração a geração, de reis, nobres, religiosos e de colecionadores, portanto não eram reconhecidos pela sociedade como um bem comum. Essa questão se estenderia até os séculos XIX e XX - buraco negro patrimonial, segundo Balley (2008) -, o que tornou difícil a construção de bibliotecas homogêneas, com uma identidade. Naturalmente, essas coleções já existiam na época de Carlos V, no século XIV, muito antes da Revolução, mas durante este evento, após um movimento inicial de destruição desses bens, pouco a pouco foi sendo construída uma mentalidade de preservação dos objetos considerados de valor (MOUREN, 2007; BALLEY, 2008).

No século XIX, surgem as bibliotecas municipais constituídas a partir dessas [de confiscos] coleções (algumas já há muito abertas ao público bem antes da Revolução, como as de Troyes ou Orléans) [...] mas os fundos são progressivamente separados, se não fisicamente, ao menos intelectualmente: os livros antigos de um lado, os de estudo e de pesquisa de outro. Nos séculos XIX e XX são constituídas outras bibliotecas patrimoniais seguidas de muitas e frequentes doações extremamente importantes (MOUREN, 2007: 15)

As coleções reais francesas, de acordo com Chartier (2006), foram enri-

8 Dominique Poulot, em *Uma história do patrimônio no ocidente* (São Paulo: Estação Liberdade, 2009), também utiliza a expressão patrimônio escrito.

quecidas de muitas e diferentes formas: pelas reuniões de bibliotecas de diferentes membros da família real; por meio de confiscos externos (após expedições militares); do depósito “legal” de livreiros e tipógrafos (instituído na França no século XVI); por troca, doação e/ou compra de acervo de viajantes, diplomatas e outras personalidades.

Como dissemos, houve um momento inicial, na Revolução Francesa, de eliminação de objetos concernentes ao Antigo Regime, relacionado à destruição do que pertencia ou era associado ao passado que se queria dissipar, não apenas o alusivo à situação política anterior, mas também à cultural, conforme visto com prédios e objetos de arte. No caso dos livros, mutilações, igualmente, ocorreram. No processo de confisco dos bens de reis, nobres e do clero, a comissão de monumentos inicialmente buscou uma maneira de suprimir o selo real dos livros da *Bibliothèque royale*. Graças à rápida ação do colecionador Renouard em texto denominado *Observações de um patriota sobre a necessidade de conservar os monumentos da literatura e das artes*, contando com a ajuda do matemático Charles-Guilbert Romme (autor do calendário francês), foi assinado decreto, em outubro de 1793, proibindo a mutilação de livros, gravuras, mapas, medalhas, em suma, de todos os objetos culturais, sob o pretexto de apagar os sinais do feudalismo ou da realeza. Devido a lutas entre as facções Jacobinos e Girondistas, Romme seria condenado à guilhotina dois anos mais tarde, escapando por ter, antes, se suicidado pela república (BABELON; CHASTEL, 1994). A noção de patrimônio em oposição à de vandalismo é também mencionada por Abreu (2007) e por Lima (2012).

Conforme visto até o momento, houve certa dissociação, no passado, entre a construção do patrimônio bibliográfico (e outros) em alguns países europeus e sua representatividade social. Autores contemporâneos destacam a questão da relação dos acervos patrimoniais com suas comunidades, uma vez que, hoje, o assunto está sendo aprofundado, por um lado (ou principalmente) pela entrada em cena da digitalização de acervo raro desde a década de 1990; afinal, selecionar acervo para digitalização é, de certa forma, selecionar patrimônio que merece ser preservado e disseminado. Por outro, em função da formação desejada (e nem sempre realizada) para quem trabalha com a memória escrita em bibliotecas – esta última, em especial, na Europa.

Melot (2004: [1]), ao analisar o que é um objeto patrimonial e caracterizar o patrimônio como objeto coletivo, define a relação desse com a sua comunidade. Afinal, um existe em função do outro. A comunidade precisa, primeiro, existir, para que o objeto patrimonial exista. Se coletividade pode ser definida como um grupo de indivíduos que compartilham interesses, pode-se dizer que o patrimônio transforma essa coletividade em comunidade?; transmuta “as populações em Povos e os territórios em Nações”. Pedraza Gracia (2014) assinala ser função de uma biblioteca patrimonial dar a conhecer seu acervo à sociedade, uma vez que esta tem o direito de conhecê-lo e o dever de protegê-lo – o que nos aponta uma ordem diferente de acontecimentos, na qual o patrimônio não é formado pela sociedade. De qualquer forma, “a conexão com a sociedade é necessária para validar o objeto como patrimônio” (EDSON, 2007: 342).

Parece-nos haver diferença entre o patrimônio que representa a história

9 Para a relação entre patrimônio, povo e lugar, ver também Tamaso (2012).

de certa comunidade e o patrimônio que é reconhecido como importante para a história de uma comunidade. Parte do que é qualificado como patrimônio não existe necessariamente por estar relacionado à história daquela comunidade, por traçar uma história ou evidenciar fatos ou técnicas, uma vez que objetos e monumentos podem existir em certo local em função de fatores como espólio de guerra, por exemplo. Esses objetos não necessariamente descrevem a coletividade local. Todavia, não deixam de ser patrimônio, pela importância que possuem num âmbito cultural mais amplo. Pedraza Gracia (2014) também se refere aos indivíduos e/ou sociedades que depreciaram a cultura alheia ao conquistarem posições predominantes - o que resultou em grande perda de bens culturais.

Não apenas na Europa a formação de acervos hoje raros e antigos contou com as ricas coleções eclesiásticas. Além do uso do calendário cristão em quase todo o mundo, nossa memória escrita também muito deve ao Cristianismo pela composição, reprodução, aquisição e preservação de livros que hoje se encontram em muitas bibliotecas, se não nos seis (considerando o modelo de seis continentes), mas em vários continentes.

O Brasil, apesar de sua história tipográfica tardia, mantém similaridades com a história de outros países com relação à formação de coleção, cuja origem religiosa e de acervos particulares é clara (a entrada do acervo real português no país ocorreu após 1808).

O bibliófilo e bibliógrafo Rubens Borba de Moraes e o padre Serafim Leite (autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil*, graças à qual se sabe mais dessa Ordem do que de qualquer outra) bem resumem a situação literária brasileira: até o século XVIII, o único ensino no país era o religioso (com ótimas bibliotecas). Depois disso, os alunos seguiam para a Universidade de Coimbra a fim de completar seus estudos. Como na Europa, os confiscos também ocorreram no Brasil, com a expulsão dos jesuítas por ordem do Marquês de Pombal, em meados do século XVIII. Muito foi roubado, vendido ou destruído por insetos. Restou muito pouco, somado ao reduzido número de bibliotecas particulares. Moraes faz um estudo das ordens religiosas e suas coleções nesse período, assim como das particulares, analisando aspectos relativos ao mercado de livros, à censura e, por fim, às tipografias do século XIX. A proibição do noviçado em 1835 - registra o autor -, já no Império, representou outra derrocada para os conventos que, somente depois de proclamada a República (1889), com a separação da Igreja do Estado, começaram a se reerguer. Registra, igualmente, a importância de Frei José Mariano da Conceição Veloso com relação aos livros impressos pela Typographia Chalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego, em Lisboa, criada no limiar do século XIX e de curtíssima duração (menos de dois anos), cujo objetivo principal era o melhoramento da economia rural e das fábricas brasileiras. Infelizmente, muitos dos livros enviados para o Brasil foram de utilidade difícil de avaliar, pois o atraso do país era expressivo. Poucas capitânicas, como as de Pernambuco e Bahia, fizeram da iniciativa bom uso (MORAES, 2006).

A vinda da família e da biblioteca real portuguesa para o Brasil, no início dos oitocentos, assim como a criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, marcaram a entrada da maior coleção rara e antiga que se tem no país, assim



como os primeiros passos na direção de uma produção editorial – paulatinamente expandida em nível nacional. Porém, a ausência de ensino sistemático cobrou seu preço no desenvolvimento do país – até hoje sentido, tanto no ensino fundamental quanto no universitário, no que tange à importância dos livros e de suas instituições de guarda no país.

Proteger e preservar patrimônios nacionais é assunto que permanece na pauta das preocupações ao longo de todo o século XIX no ocidente. No Brasil, o surgimento de museus nacionais, institutos históricos voltados ao estudo de nacionalidades, a criação da Biblioteca Nacional e Pública da Corte, da biblioteca do Museu Nacional e a formação do acervo de obras raras do Museu D. João VI representaram o início da constituição de estabelecimentos e acervos relevantes para o funcionamento de um país não mais na condição de colônia em busca de uma nacionalidade. O século XIX foi a época da construção do pensamento brasileiro, de um nacionalismo até então inexistente em larga escala, pelo menos. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, é um exemplo do gosto pela pesquisa em História com uma roupagem mais pragmática, reunindo, pela primeira vez, as pessoas que pensavam a História do Brasil (IGLÉSIAS, 2000).

A preocupação com o patrimônio na qualidade de bem nacional a ser preservado teve início, politicamente falando, na década de 1920. Apesar da existência das instituições citadas, os bens imóveis, principalmente, careciam de meios que os protegessem para as futuras gerações (e para que a responsabilidade de uma possível deterioração não recaísse sobre o Estado e as elites, no futuro). “O tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa” (FONSECA, 2005: 81). Esse conceito de patrimônio foi adotado pelo Estado através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e foi nas décadas de 1930 e 1940 que se solidificaram as discussões sobre o processo de construção da nação (CHUVA, 2009), quando talvez, pela primeira vez, o patrimônio bibliográfico tenha sido citado como parte de um conjunto de diretrizes (como política de Estado) que visavam à identificação e consequente preservação de bens nacionais, com a criação, em 1937, SPHAN, hoje Instituto do mesmo nome:

Art. 1º. - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (SPHAN, 1980: 111)

Bem mais tarde, em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil iria “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” e no artigo 216 considerar como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, como obras, objetos, documentos etc. (BRASIL. Constituição, 1988). O livro raro e antigo continuaria a ser contemplado nos documentos oficiais, embora ainda de forma acanhada, implicitamente e sem muitas especificidades, como documento, acervo histórico e/ou bem cultural.

Encontra-se em curso pesquisa que estuda a questão do patrimônio bibliográfico brasileiro. No entanto, já foi observada, no que diz respeito aos livros, uma distinção entre patrimônio bibliográfico e patrimônio histórico aplicado ao nosso país (GAUZ, 2014). Alguns livros impressos no e sobre o Brasil seriam aqueles cujas características intrínsecas e extrínsecas tivessem valor nacional; os que influenciaram e são representativos para sociedade. Esses livros raros sobre o Brasil, impressos em outros países, juntamente com os relevantes aqui publicados formariam a Brasileira, dessa forma compondo o acervo caracterizado como patrimônio histórico brasileiro. Moraes (1998: 182) denomina Brasileira a coleção de livros impressos no Brasil mas, como o bibliógrafo mesmo diz, “o nome pouco importa”, desde que não se misture com Brasileira. Para o autor, Brasileira são os livros sobre o Brasil impressos entre 1504 (ano do primeiro impresso em que figura o país) e 1900, assim como aqueles escritos no período colonial por brasileiros (ou seja, até 1808). Brasileira é a coleção de livros impressos no Brasil de 1808 até os nossos dias. Posteriormente, aprofundaremos o assunto, conforme dito, pois a questão no momento se prende apenas ao fato de quase todos esses livros serem patrimônio histórico brasileiro<sup>10</sup>. E, além de livros, nos setores de livros raros e coleções especiais há, ainda, publicações periódicas, mapas, partituras, manuscritos, documentos arquivísticos (como fotografias) e outros, para não falar no patrimônio digital.

O Brasil passou a ter imprensa oficial somente três séculos após a chegada de Pedro Álvares Cabral à costa brasileira, em seu caminho rumo às especiarias da Índia e graças às correntes marítimas que mudaram o curso da viagem e da história. Todavia, o país é proprietário de várias coleções de livros raros, antigos, gravuras, manuscritos etc., em especial aquelas chegadas após a vinda da família real. São verdadeiros tesouros bibliográficos, em diferentes línguas. Apesar disso, muitos não têm nenhuma relação com o Brasil. Em princípio, o que torna esse tipo de acervo especial, de alguma forma, é o fato de ser representativo da imprensa artesanal na confecção do papel ou da encadernação; é ter pertencido a reis, nobres ou a instituições de renome no passado (na maioria das vezes da Europa); é, independentemente de seu conteúdo, ser considerado uma página da história da produção editorial de muitas cidades. Para um país sem tipografias, praticamente, durante o período colonial, possuir semelhante acervo o coloca em patamar distinto com relação a outros, de história similar ou não. Esses livros devem ser considerados patrimônio bibliográfico, embora não sejam necessariamente de valor histórico para o Brasil (GAUZ, 2014).

#### 4. Comentários e considerações

Alguns aspectos abordados no decorrer desta pesquisa sobre o patrimônio podem ser transpostos para o âmbito de bibliotecas que possuem coleções patrimoniais no Brasil. A ideia de patrimônio como concepção social é dos anos 1900, como legado comum a uma sociedade, de construções e objetos que remetem a uma identidade nacional e que, para ser valorizada, precisa, antes, ser compreendida. Os estudos citados, de áreas diversas, trazem contribuições que podem enriquecer o debate sobre o patrimônio bibliográfico, dada a interdisci-

<sup>10</sup> O Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (Planor) utiliza a expressão patrimônio histórico nacional.

plinaridade que o patrimônio porta, “à ausência de fronteiras entre saberes de diferentes naturezas” (PINHEIRO, 1997: 234).

Os conceitos de monumentos intencionais e não intencionais de Riegl, quando aplicados aos monumentos de escrita, podem se referir aos livros que nascem raros e aos que se tornam raros – conceitos já existentes no campo. Alguns livros do século XX, por exemplo, as edições de luxo limitadas, publicadas pela Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, já nasceram raros. A noção de valor de antiguidade de um monumento de escrita já existe como critério de raridade, embora talvez precise de aprofundamento e limites mais claros nas nossas bibliotecas brasileiras. É inegável como o aspecto físico dos livros antigos, por si só, atrai a atenção e democratiza o conhecimento, impregnados que são de marcas do tempo e características peculiares que não exigem entendimento intelectual para serem apreciados.

O valor histórico dos livros raros e antigos no nosso país está associado às questões do passado descritas, à importância da preservação de sua forma física original e, em especial, ao contexto no qual se situa (além de seu conteúdo). Por esse motivo, requer atenção maior. A determinação desse universo é ação interdisciplinar e de grande complexidade no país de dimensões continentais como o Brasil, em cujos Estados as tipografias - para citar algumas - surgiram entre 1808 (Rio de Janeiro) e 1902 (Acre). Quais desses livros são patrimônio regional ou nacional e como essas fronteiras são estabelecidas? Qual a relação de nossas coleções patrimoniais com suas respectivas comunidades? Quais livros estariam relacionados à nossa memória coletiva; e quais livros, nas palavras de Melot (2004), transformam nossa população em povo e nosso território em nação? Ou quais seriam elos insubstituíveis da cadeia da história do país representados por livros e por quê; ou, ainda, no que esse ou aquele livro alterou o curso da história? Assim como os monumentos (no sentido atual) e os objetos históricos são evidências de etapas do desenvolvimento de algum ramo da atividade humana, também os livros o são, e não apenas para o estudo da evolução das técnicas relacionadas à história do livro. A França nos parece ter sido exemplo para outros países na questão da formação de uma nacionalidade associada à patrimonialização de seus acervos, fossem esses bibliográficos, artísticos ou museológicos, eternizando sua própria história nos lugares de memória.

Ao falar de patrimônio nesta pesquisa, o termo biblioteca, naturalmente, apareceu muitas vezes, como a responsável pela reunião dos escritos desde tempos imemoriais; como instituição que surgiu para preservar, permitir acesso (organizado ou não, restrito ou não) e para incrementar a coleção. Da mesma forma, outro termo, memória, inevitavelmente esteve presente neste texto, como que para nos lembrar de sua importância para a sociedade e daquilo que deve ser mantido para as futuras gerações. Apesar de não ser nossa intenção detalhar a questão da memória e do patrimônio conforme as análises de pesquisas contemporâneas no Brasil, neste trabalho não podemos nos furtar a ressaltar a relação das bibliotecas com a memória social, “de acumulação e interação de memórias coletivas”, conforme Namer (1987: 160) narra sobre as bibliotecas, reafirmando-as como instituições responsáveis pela memória cultural (e não apenas pela erudita, conforme ocorria no passado). Das tábuas com escritas cuneiformes das bibliotecas da Assíria, no terceiro milênio antes de

Cristo (onde eram armazenadas as memórias de saberes, econômicos, políticos, técnicos, científicos e também as esotéricas, formadas e acessadas pela elite, e preservadas para os seus descendentes); passando pelas bibliotecas públicas da Grécia do quarto século da nossa era (cujos acervos mantiveram e privilegiaram a memória dos filósofos e o conhecimento estético); lembrando a importância do latim, que assegura a unidade de textos na Idade Média de várias memórias coletivas, até chegar à Renascença, à uma memória de colecionadores que se torna, eventualmente, memória do patrimônio nacional (pois até o século XIX as bibliotecas de reis, mecenas e príncipes, assim como os catálogos de colecionadores, escrevem a história da posse de livros raros), são os guardiões desses templos de saber (os bibliotecários) que atuam como formadores de memórias e mediadores da informação para o leitor.

Hoje, a relação do patrimônio nacional com o Estado não é mais mediada por imperadores e nobres, tampouco pelos acervos de colecionadores, cujas memórias individuais estão representadas em várias das nossas bibliotecas. Ainda assim, ficam as dúvidas sobre qual patrimônio classificamos como nacional, em nossas narrativas (organizadas ou não, com relação ao patrimônio histórico brasileiro, em especial) e o que será considerado material de pesquisa histórica para o futuro. Afinal, o futuro está em processo de construção no presente, o qual tem como referência o passado, conforme a epígrafe registrada na introdução.

É possível que a grande diferença entre o patrimônio bibliográfico e os demais tipos de patrimônio resida, além do formato, na questão de sua autêntica e natural contextualização – o que reforça, no caso, a sua identidade, ao contrário de uma representação em ambiente diverso. No geral, os objetos patrimoniais etnográficos, assim como os museológicos (com exceção daqueles em casas museus, se podemos generalizar), são retirados de seu contexto original e ganham ressignificação nos museus, como os artefatos indígenas, cujas funções originais perdem o seu significado, como as esculturas gregas hoje no Museu Britânico e no Louvre, ou mesmo uma arma que pertenceu a certa personalidade, totalmente ressignificada como objeto museológico. Os livros raros e antigos na condição de patrimônio, ao contrário, permanecem no próprio ambiente (biblioteca), institucional na sua origem ou mesmo no caso de transferência de biblioteca particular, de colecionador, para uma biblioteca institucional. O contexto ambiental não se altera e não há ressignificação do objeto bibliográfico – tão comum nos demais objetos. O livro raro-objeto pode ser considerado um quase objeto de museu no que tange a sua fisicalidade, mas jamais perde a sua função basilar de objeto de biblioteca. Conforme Goldman (2007), na realidade, os livros são considerados mais complexos do que os objetos de museus, já que estes podem ser apreciados em sua integralidade quando em exposição, como um quadro na parede, um busto, ou mesmo uma coroa numa redoma de vidro. Do livro exibido só se admira a encadernação ou duas páginas quaisquer abertas. Apesar de tudo, não se pode escapar da discussão em torno do que seja ou não colecionável e preservado para o futuro, do que deve ou não se perpetuar como marca de identidade de uma sociedade e de como a História, com suas múltiplas leituras acerca de fatos e representações, alternando, eventualmente, a importância do que merece ser considerado de valor. Novos patrimônios escritos (manuscritos, impressos e digitais) surgem todos os dias. Apesar de presentemente tratarmos de aspectos históricos, o

patrimônio atual que será preservado para o futuro deve ser estabelecido hoje. Lidar com patrimônio é ação contínua, uma vez que a cultura, os fatos, a história, os seres e suas instituições se modificam constantemente. Se pensarmos que as pessoas se encontram inseridas em determinadas culturas, que influenciam e sofrem influência de suas instituições profissionais no trato com o patrimônio, fica clara a ideia de uma inexorável transformação de todas as coisas na linha do tempo. Discutir patrimônio bibliográfico e sua preservação no Brasil importa não apenas pela deterioração causada pela umidade característica, mas principalmente pelo amplo entendimento de nossa própria cultura bibliográfica. Ao mesmo tempo, faz-se necessário observar e procurar retificar lacunas nas coleções patrimoniais – mais uma ação a ser executada em bibliotecas no campo da interdisciplinaridade.

Há, ainda, a discussão suscitada por Gauz (2014) a respeito de patrimônio bibliográfico e patrimônio histórico brasileiro, na qual os termos aparecem ainda sem detalhamento – discussão essa presente no Brasil e nos Estados Unidos atualmente. Ampliar os debates pode não apenas contribuir para a área, mas fazer com que deixe de ser apenas função do “pater-Estado” selecionar e manter bens patrimoniais. O Brasil (corretamente) nacionalizou os tesouros portugueses como parte de sua história, mas talvez, assim como a França, tenhamos lacuna patrimonial a preencher com relação aos séculos XIX, XX e, agora, XXI.

Ao longo de diversas leituras, observamos uma quase invisibilidade do patrimônio bibliográfico em grande parte dos textos consultados sobre os diversos tipos de patrimônio. Essa lacuna precisa ser preenchida, em especial pelos que lidam com esse acervo em bibliotecas e/ou atuam em disciplinas relacionadas à história do livro. Além das abordagens das áreas citadas, há que se incluir mais pesquisadores da Biblioteconomia de Livros Raros - subárea da Biblioteconomia em nova expansão no Brasil - se debruçando sobre o tema já presente nas pesquisas dos historiadores do livro, dada a natureza interdisciplinar dessa subárea. O olhar teórico interno, institucional, científico é contribuição necessária, em especial no momento de transição que se atravessa em decorrência da digitalização de acervos raros desde o início da década de 1990, até mesmo devido à indispensável discussão sobre projetos colaborativos (GAUZ, 2009) e, no caso do Brasil, ainda mais relevante pelos debates em voga a respeito do tema Brasileira. Não queremos dizer que não haja literatura sobre o patrimônio bibliográfico no país, com este ou outro nome, mas é, ainda, insuficiente e esparsa, não constitui um corpo de conhecimento científico, devido à sua grande abrangência e falta de aprofundamento teórico.

A presente pesquisa, de abril de 2015, a partir de busca com o termo Biblioteconomia, constatou a existência de 15 grupos no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do *web site* do CNPq<sup>11</sup>. Desses grupos, quatro possuem o termo Biblioteca e/ou termos correlatos no nome do grupo; um possui Ciência da Informação; outro, Cibermuseus; e seis possuem o termo Informação. Nas linhas de pesquisa, o termo Biblioteca e termos correlatos aparecem em 11 grupos. Um grupo aparece repetido. Há dois grupos que tratam de patrimônio cultural, um no âmbito da Museologia e outro pertencente à Fundação Bibliote-

<sup>11</sup> Consulta por Grupo, aplicando a busca nos campos *Nome do grupo*, *Nome da linha de pesquisa* e *Palavra-chave da linha de pesquisa*; *Certificado* e *Não-atualizado*.

ca Nacional (FBN). Não foi encontrado grupo ou linha de pesquisa atuando na Biblioteconomia de Livros Raros, especificamente, embora o grupo da FBN seja o que mais se aproxima do assunto. O papel da Biblioteca Nacional na construção do patrimônio bibliográfico brasileiro é inegável, como guardião da memória nacional, além de ser o *lugar de memória* por excelência a que Pierre Nora se referiu, onde o erudito e o popular se irmanam.

Análise recente aponta baixa produção científica do campo do patrimônio cultural (material e imaterial) dentro da Ciência da Informação (CI), mas assinala que, apesar disso, o principal evento da área, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), contempla o tema desde o seu primeiro encontro em 1994 (SOUZA; CRIPPA, 2010). No universo da Ciência da Informação, os autores da pesquisa destacam a Museologia como o campo que mais vem discutindo o assunto por, entre outras abordagens, estudar o colecionismo e como os objetos são vistos como documento, portadores de informação, conforme análises de Paul Otlet e Suzanne Briet. A pesquisa assinala, ainda, que a Museologia, todavia, não consta como subárea da Ciência da Informação na CAPES, se constituindo como campo autônomo.

Ao nos referirmos ao livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico, consideramos que se incluem, no mesmo âmbito, as coleções especiais, impressas, manuscritas ou digitais, além de gravuras, partituras e material sonoro, pois todos ocupam o mesmo universo em uma biblioteca. Por esse motivo, talvez devamos nos referir ao assunto aqui tratado como patrimônio escrito e iconográfico (podendo ser, eventualmente, sonoro ou cinematográfico).

O tempo presente é de reflexão e troca. O campo tem muito a crescer. O trajeto a percorrer é longo, mas já nos encontramos no caminho.

## Referências

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (Orgs). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. *Sociedade e Cultura*, v. 8, n. 2, p. 37-52, jul./dez. 2005.

ARRHENIUS, Thordis. The Fragile Monument: On Alois Riegl's Modern Cult of Monuments. *Nordisk Arkitekturforskning*, v. 4, p. 51-55, 2003.

BABELON, Jean-Pierre; CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris: Éditions Liana Levi, 1994.

BALLEY, Noëlle. Le puzzle, la Coquille et le Lego: Constructions patrimoniales. *Bulletin des bibliothèques de France*, n. 6, p. 6-13, 2008. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2008-06-0006-001>>. Acesso em 29 mar. 2015.

BARBIER, Frédéric. Patrimoine, production, reproduction. *Bulletin des bibliothèques de France*, n. 5, p. [1-15], 2004. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2004-05-0011-002>>. Acesso em 14 abr. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARR, Jane. Les Collections Patrimoniales de la British Library: une politique d'ouverture au public. *Bulletin des bibliothèques de France*, n. 3, p. [1-5], 1996. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1996-03-0057-013>>. Acesso em 15 abr. 2015.

CHARTIER, Roger. O príncipe, a biblioteca e a dedicatória. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). *O poder das bibliotecas*, p. 182-199. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 4. ed. São Paulo: Editora da Unesp; Estação Liberdade, 2006.

CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CUNHA, Claudia dos Reis; RIEGL, Alois. "O Culto moderno dos monumentos". *Revista CPC*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 6-16, maio/out. 2006.

EDSON, Gary. Heritage: Pride or Passion, Product or Service? *International Journal of Heritage Studies*, v. 10, n. 4, p. 333-348, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC/IPHAN, 2005.

GAUZ, Valeria. Digitalização cooperativa de acervo raro: mais do que alternativa, solução. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - CBBBD, 23, 2009, Bonito. *Anais... Bonito: CBBBD*, 2009. Disponível em: <<http://www.valeriagauz.net/images/vgauzdigitalizacao.pdf>>. Acesso em 11 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Livro Raro-Objeto em Museu Casa Histórica: o Caso do Museu Plantin-Moretus. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 15, 2014, Belo Horizonte. *Anais ... Belo Horizonte: Enancib*, 2014. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/24104/>>. Acesso em 4 maio 2015.

GOLDMAN, Paul. Book as museum objects. *International Journal of Heritage Studies*, v. 1, n. 2, p. 103-110, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os Limites do Patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

\_\_\_\_\_. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi de (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG/IPEA, 2000.

LIMA Diana Farjalla Correia. Atributos Simbólicos do Patrimônio: Museologia/

Patrimoniologia e Informação em Contexto da Linguagem de Especialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 11, 2010, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: IBICT/ ANCIB, 2010.

\_\_\_\_\_. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. *Bol. Mus. Pará Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2012.

\_\_\_\_\_; COSTA, Igor Fernando Rodrigues. Patrimônio, herança, bem e monumento: termos, usos e significados no campo museológico. In: ICOM/ICOFOM LAM, International Symposium, Museology: a field of knowledge/ Museology and History. *Anais ...* Argentina: ICOFOM, 2006. Disponível em: <[http://www.lrz.de/~iims/icofom/iss\\_35.pdf](http://www.lrz.de/~iims/icofom/iss_35.pdf)>. Acesso em 3 mar. 2015.

MARTIN, Henri-Jean. Une vision totale du livre. *Bulletin des bibliothèques de France*, n. 5, p. [1-4], 2004. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2004-05-0021-003>>. Acesso em 14 abr. 2015.

MELOT, Michel. Qu'est-ce qu'un objet patrimonial? *Bulletin des bibliothèques de France*, n. 5, p. [1-10], 2004. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2004-05-0005-001>>. Acesso em 14 abr. 2015.

MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1998.

\_\_\_\_\_. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2006.

MOUREN, Raphaële. *Manuel du patrimoine en bibliothèque*. Paris: Electre – Éditions du Cercle de la Libraire, 2007.

NAMER, Gérard. *Memoire et société*. Paris: Méridiens Klincksiek, 1987.

PEDRAZA GRACIA, Manuel José. Algunas reflexiones sobre bibliotecas históricas o patrimoniales: nuevo paradigma entre los centros y servicios de información. *Investigación Bibliotecológica*, v. 28, n. 64, p. 33-50, set./dez. 2014.

PEIXOTO, Paulo. *O Patrimônio mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2000.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. 1997. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação – UFRJ; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

QUATREMÈRE DE QUINCY, A. C. *Encyclopédie méthodique, Dictionnaire d'architecture*. Paris: Panckoule, Veuve Agasse, 1798-1825. 3 v.

REYES CAMPS, Lourdes. Bibliothèques publiques et patrimoine en Espagne. *Bulletin des bibliothèques de France*, n. 5, p. [1-8], 2004. Disponível em: <<http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2004-05-0029-005>>. Acesso em 16 abr. 2015.

RIEGL, Alois. The Modern Cult of Monuments: Its Essence and Its Development. In: *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage (Readings in Conservation)*. Part I. Los Angeles: Getty Conservation Institute, p. 69-83,



1996.

SPHAN; PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC; SPHAN; Pró-Memória, 1980.

TAMASO, Izabela. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade. In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luís (Orgs.). *Polifonia do Patrimônio*. Londrina: Eduel, 2012.

TUNBRIDGE, J. E.; ASHWORTH, G. J. *Dissonant heritage: The Management of the Past as a Resource in Conflict*. Chichester (UK): J. Wiley, 1996.

VALLEJO POUSADA, Rafael. The Survival of the Foros in Galicia after the Disentailment. In: SEMINARI D'HISTÒRIA ECONÒMICA I SOCIAL. LES PRACTIQUES EMFITÈUTIQUES A L'ÉPOCA MODERNA I CONTEMPORÀNEA: una perspectiva comparada. Girona: [s. n.], 2011. Disponível em: <<http://www.udg.edu/LinkClick.aspx?fileticket=9Dy9rU52t5Y%3D&tabid=11318&language=ca-ES>>. Acesso em 3 maio 2015.

*Artigo recebido em junho de 2015. Aprovado em agosto de 2015*